

# **SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ SEGUNDO A TEORIA AGROPOLITANA DE FRIEDMANN E WEAVER**

Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves  
Universidade Federal de Goiás  
Correio eletrônico: [leonardorfg@gmail.com](mailto:leonardorfg@gmail.com)  
Temática: Turismo e patrimônio

## **RESUMO**

O presente artigo possui como objetivo subsidiar o planejamento turístico na região conhecida como Território Centro-Sul do Paraná, estado brasileiro localizado na Região Sul do Brasil, que também compreende os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para que este objetivo fosse alcançado, utilizou-se a Teoria Agropolitana de Friedmann e Weaver, em seu livro “Territorio e Función: la evolución de la planificación regional” (1979), baseando-se em pesquisas qualitativas realizadas por meio de entrevistas não-estruturadas, observação direta intensiva e vivência de um ano de trabalho nesta região, que engloba 12 municípios localizados entre Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava, Paraná. Ao longo da presente pesquisa, diversas propostas foram levantadas, divididas de acordo com os delineamentos fundamentais da teoria analisada, considerando-se toda a complexidade de órgãos públicos atuantes (tanto em nível federal quanto estadual, regional e municipais), organizações não-governamentais povos viventes nessa tradicional região do estado do Paraná.

Palavras chave: Teoria Agropolitana, Território Centro-Sul do Paraná, planejamento turístico.

## **LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO E A TEORIA AGROPOLITANA DE FRIEDMANN E WEAVER**

Nada se localiza, em princípio, ao acaso: as cidades, as estradas, as habitações, o comércio, entre outros, surgem por meio de um processo de decisão mais ou menos explicitado que, às vezes, pretende maximizar um valor, um rendimento ou uma utilização, ou então pretende minimizar esforços, despesas, custos, ou mesmo otimizar os benefícios gerados (Lopes, 2001).

Todo este processo de decisão na localização das mais diversas atividades é, no entanto, muito complexo, já que são vários os intervenientes no espaço de diversas naturezas (indivíduos, famílias, empresas, governos). Além disso, tais agentes possuem demandas específicas e atuam de forma variada, fazendo com que, se não houver um planejamento que regule tal ocupação no espaço, esta poderá ocorrer de forma caótica e desregrada.

Outro problema quanto à ocupação do espaço, relacionado mais a um aspecto econômico, diz respeito à localização, uso e distribuição dos mais diversos recursos para a população vivente de forma a suprir suas necessidades básicas. Ao mesmo tempo, é importante considerar também que, para isso, não sejam necessárias grandes operações logísticas e grandes efeitos negativos, tanto ambientais quanto sociais, econômicos e institucionais.

Assim, chega-se à importância de se planejar com foco nas particularidades da região, de forma a se pensar uma região em diversas escalas (do local ao global) e agir da mesma forma, com o intuito de se trabalhar a mesma de modo a contemplar suas múltiplas territorialidades.

Além disso, deve-se considerar o quanto a economia regional estará atrelada a este global e como se dará esta influência. Se por um lado deve-se ressaltar o caráter único da região (o que

requer que esta seja pensada em todas suas especificidades), por outro lado deve-se considerar sua vinculação às grandes estruturas de produção e regulação capitalista, focalizando também em uma perspectiva integrada com o global (Portuguez, 1999, p. 34).

Em regiões com caráter mais rural, necessita-se pensar nas diversas relações entre cidade e campo, de forma que ambas sejam contempladas no processo de desenvolvimento e sejam tratadas de forma conjunta e integrada no planejamento regional. Egler (2003, p. 215) acrescenta que a própria relação cidade-campo está no cerne do conceito de região. Este conceito, assim, define e particulariza essas relações cidade-campo.

O mesmo autor acrescenta que as regiões não se formam a partir da captura do excedente agrícola, ou seja, a região não criou a sua capital, mas é a cidade que forjou sua região (Egler, 2003, p. 215). Com uma visão que contempla a cidade como sendo o centro que estrutura e integra territorialmente uma região, em seus diversos níveis de integração, Egler não diminui a importância que o campo possui para a região, mas o condiciona ao poder das cidades.

A forma como se distribui espacialmente tanto a população quanto as atividades econômicas é reflexo do impacto de duas forças opostas: as forças de aglomeração e as forças de dispersão (Silva, 2004, p. 75). Assim sendo, discute-se quais as tendências que atuam no sentido de colaborar com a concentração populacional e econômica regional e quais tendências atuam no sentido de dispersar os mesmos.

Vê-se que, de acordo com este modelo apresentado, há grande importância da dimensão urbana e suas aglomerações populacionais e econômicas no processo de crescimento econômico regional, já que a aglomeração destes agentes em um núcleo urbano funciona como fatores de retenção, organização e distribuição dos recursos produtivos de uma economia.

Apesar de facilitador, a existência de um núcleo urbano estruturado não é pré-requisito indispensável para o crescimento econômico regional. Mesmo que, embora os centros de decisão permaneçam fortemente centralizados em cidades consideradas pólos, as atividades produtivas podem ser desconcentradas, desde que haja conexões fáceis entre as unidades produtivas e os centros de gestão, além de disponibilidade de trabalho qualificado e base técnica adequada para as atividades econômicas locais (Egler, 2003, p. 225).

A existência desta base técnica é vista como chave nos modelos de crescimento econômico endógeno. O conhecimento neste caso é visto como objeto de difusão instantânea perante todos agentes de um sistema econômico, desde que não existam barreiras jurídicas. Mesmo considerando o conhecimento como motor do aumento da eficiência e do crescimento econômico, sua difusão, no entanto, ainda não é um processo automático e democrático (Silva, 2004, p. 79).

Desta forma, as condições que possibilitam efetiva apropriação de conhecimento por um número cada vez maior de agentes econômicos passam a ser parte relevante na explicação do desigual nível de crescimento econômico das diversas regiões. O Estado possui importante papel neste processo, como demonstra Egler (2003, p. 226):

Não é mais possível que as fronteiras de acumulação sejam abertas apenas pelos investimentos concentrados em grandes projetos, é necessária uma intensa cooperação entre as diversas esferas de poder para criar campos de atração para o investimento produtivo, garantindo desde as obras de infra-estrutura até a formação e qualificação da força de trabalho. Isto não é possível sem uma forte participação e efetivo envolvimento das autoridades locais e regionais [...].

Além desta atuação entre as autoridades das diversas esferas de poder, ressalta-se a importância neste processo dos órgãos privados e comunidade local.

O desenvolvimento regional endógeno foi uma abordagem que começou a ser estruturada em meados da década de 1970, onde a noção de espaço passou a ser uma variável estratégica deste desenvolvimento, tendo por objetivo articular estreitamente a abordagem territorial às dinâmicas de desenvolvimento regional (Silva, 2004, p. 92). O mesmo autor acrescenta que:

A questão central passou a ser do desenvolvimento regional endógeno, que pressupõe o controle territorial das economias regionais visando o aumento da eficiência de todos os fatores produtivos, com sua estratégia baseando-se na utilização de pequenas e médias empresas, as quais devem surgir por iniciativa de agentes locais, de modo a possibilitar a retenção dos valores adicionados no contexto da própria matriz econômica territorial.

Este conceito de desenvolvimento regional, territorialista e endógeno, pressupõe que o desenvolvimento só é alcançado pela mobilização integral dos recursos de diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações. O argumento central é que o poder econômico funcional, sem um ente territorial, tende a acentuar as disparidades sociais e econômicas características do desenvolvimento polarizado (Silva, 2004, p. 93).

Analisando a relação cidade-campo e considerando tal abordagem de desenvolvimento regional apresentada, Friedmann e Weaver (1981<sup>1</sup>) propuseram uma solução chamada “agropolitana”, que conjuga áreas rurais e urbanas de forma a satisfazer as necessidades básicas de ambas as áreas e conducente ao desenvolvimento territorial. Estes autores baseiam suas teorias em quatro delineamentos fundamentais: as condições básicas para a realização deste desenvolvimento territorial, o marco territorial, a expansão da produção e o papel do Estado.

São três as condições básicas para o desenvolvimento territorial detectadas pelos autores: seletiva delimitação territorial (definição dos níveis relevantes de integração territorial, tanto local quanto regional e nacional), socialização da riqueza produtiva (apresentando-se principalmente sob a forma de terra e água), e igualdade de oportunidades para o acesso à base de acumulação de poder social.

Quanto ao marco territorial, é mostrado que as comunidades organizadas territorialmente são concebidas como sendo a interseção de três espaços abstratos: um espaço cultural comum (sendo necessário existir uma tradição de significados compartilhados, propiciando formação que sustente uma base sociocultural local do desenvolvimento), um espaço político comum (necessário à igualdade de oportunidades de acesso às bases do poder social, havendo a existência de instituições políticas sólidas que representem todos os atores sociais), e um espaço econômico comum (necessário à existência de um conjunto de atividades produtivas interdependentes que justifique a existência de políticas que visem integrar e potencializar esta base econômica).

O terceiro delineamento de Friedmann e Weaver (1981) diz respeito à expansão da produção, que possui como objetivo potencializar e dinamizar a economia territorial de acordo com cinco princípios correlativos: diversificação da economia territorial, o máximo desenvolvimento físico limitado pela necessidade de conservação (insere-se assim o caráter ambiental no desenvolvimento, seguindo preceitos da sustentabilidade), expansão dos mercados regionais e inter-regionais, orientação pelos princípios de autofinanciamento (estabelecendo condições que assegurem a formação de poupança), e promoção e aprendizagem social (ensinando o princípio que desenvolvimento não se importa de fora, mas se produz através do próprio esforço).

O quarto delineamento diz respeito ao papel do Estado neste processo, que é o de dar suporte e condições para o desenvolvimento dos três primeiros delineamentos.

Nota-se assim que o modelo agropolitano busca ser uma solução de caráter territorial para o desenvolvimento regional, onde os interesses do território devem se impor aos interesses funcionais. As pequenas e médias empresas ganham importância no processo de desenvolvimento, passando a ser consideradas os motores da dinamização do sistema econômico regional e representando um reforço na diversificação da estrutura produtiva.

---

<sup>1</sup> Apesar de a primeira edição do livro em questão ter sido lançada em 1979, foi consultada para o presente artigo a versão em espanhol de 1981.

## O TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ

O Território Centro-Sul do Paraná reúne um conjunto de municípios que, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2007, p. 23), “ocupam parcela da extensa região denominada Paraná Tradicional, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. Ainda segundo o IPARDES (2007, p. 23):

A região teve sua história de organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas tradicionais, de cunho extensivo e extrativo, e parte importante do seu povoamento inicial decorreu de incursões militares, de tráfego de tropeiros e de estratégias governamentais de dinamização da navegação no vale médio do Iguaçu, direcionando para a região a instalação de colônias de imigrantes estrangeiros (principalmente poloneses, ucranianos, alemães e russos). Estas, assentadas em pequenas propriedades, dedicaram-se desde logo à extração da erva-mate e à agricultura alimentar, enfrentando dificuldades impostas pela presença de áreas montanhosas e de solos de baixa fertilidade.

Estes imigrantes estrangeiros começaram a chegar ao Paraná ao longo do século XIX, principalmente na sua segunda metade. Até então, o quadro demográfico do Paraná imprimia características que o aproximava com a de outras regiões brasileiras, onde a participação de escravos (índios e africanos) e descendentes no seu efetivo populacional era bastante significativa. Com a chegada dos imigrantes europeus, essas características trazidas pela antiga formação socioeconômica paranaense foram se modificando e se tornando menos visíveis. Tais modificações são analisadas por Balhana *et al.* (1969a, p. 127):

A desagregação da sociedade campeira ocasionou, de um lado, a evasão da força de trabalho representada pelos escravos, vendidos em grande parte no mercado interno e de outro, a entrada de novos contingentes populacionais, representados pelos imigrantes. Estes fatos estão em conotação com outras ocorrências havidas na sociedade global brasileira e contribuíram de modo ponderável para transformar a estrutura demográfica dominante no Paraná. A expansão ecológica da economia de exportação deslocando para São Paulo o centro da produção cafeeira coincidiu com a extinção do tráfico de escravos, tornando angustiante o problema da mão-de-obra nos cafezais paulista e provocando a conseqüente mobilização da escravaria existente em várias regiões do Brasil. Para atender à carência de braços na lavoura cafeeira de São Paulo foi grande o número de escravos recrutados, inclusive no Paraná.

Desta forma diminuiu-se o número de escravos no Paraná, o que “propiciou a entrada de novos contingentes populacionais trazidos pelo fluxo migratório que se intensifica no Brasil motivado, principalmente, pela escassez de mão-de-obra na agricultura, tanto de exportação, como na de subsistência” (Balhana *et al.*, 1969a, p. 128).

O fato de se recrutar mão-de-obra não somente para a agricultura de exportação, mas também para uma agricultura de abastecimento, foi o diferencial do Paraná (e da região Sul) perante outras regiões do Império onde, “além de remédio contra a decadência da produção agrícola, a imigração, já naquele momento, aparece como um fator de progresso agrário” (Balhana *et al.*, 1969a, p. 162). Esta migração estimulada para se fixar e povoar a região Sul originou inúmeras pequenas propriedades na região e fortaleceu a lavoura de subsistência (Orreda, 1974).

Dentro dos doze municípios que formam o Território Centro-Sul do Paraná foram estabelecidas muitas colônias, que tiveram papel decisivo na cultura da região.

Com a chegada dos imigrantes europeus, iniciou-se um processo de miscigenação cultural entre os mesmos e os moradores que já viviam na região. Esta influência dos povos europeus trouxe mudanças profundas tanto no modo de vida das pessoas da região quanto nas técnicas de agricultura

utilizadas. Essa fusão só pôde ocorrer pela convergência sociocultural entre os povos, já que tanto caboclos quanto europeus praticavam agricultura para abastecimento familiar (e, complementarmente, comercial), visando somente a aquisição de produtos básicos para a sobrevivência (Hauresko, 2001, p. 74-75).

Em 2005 o Conselho Gestor do Território Centro-Sul, bem como o próprio território, foi formalmente reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), constituindo uma área que abrangia 12 municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. A partir de então estava formado o Território Centro-Sul do Paraná.

O Conselho Gestor, coordenador do processo territorial no Centro-Sul do Paraná, é formado por instituições governamentais e sociedade civil organizada, com destaque para o segmento da agricultura familiar, fortalecido pela presença dos 12 CMDRs do território.

O Território Centro-Sul localiza-se na área convergente de três importantes municípios do estado do Paraná: Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava. É servida por 3 rodovias federais (BRs 277 e 373, pedagiadas, no sentido leste-oeste; e BR 153 no sentido norte-sul) e 6 rodovias estaduais (PRs 160, 153, 364, 438, 487, 522).

Além das ligações rodoviárias há também dois ramais ferroviários: o primeiro ligando Guarapuava e o Porto de Paranaguá (passando por Irati, Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares) e o segundo ligando Ponta Grossa e Apucarana, passando por Ipiranga (IPARDES, 2007). Não há aeroportos públicos na região, tendo um aeroporto privado em Prudentópolis e um em Fernandes Pinheiro.

Ao longo dos anos, as pressões para uso agropecuário das terras disponíveis na região aumentaram, sendo que em 2007 cerca de 75,4% da área do Território Centro-Sul foi utilizada ou para agricultura intensiva ou para uso misto, o que mostra o avanço do desmatamento na região.

Apenas 17,6% da área da região é composta por florestas nativas alteradas, 3,6% por reflorestamentos e 2,1% por pastagens e campos inundáveis (IPARDES, 2007). Quanto às unidades de conservação presentes na região e que ajudam a manter alguns biomas protegidos, há apenas uma Unidade de Conservação de Uso Integral: a Estação Ecológica de Fernandes Pinheiro, que ocupa 0,07% da área da região (IPARDES, 2007).

Apesar deste baixo percentual, é necessário ressaltar que, segundo o IPARDES (2007), 7,8% do Território Centro-Sul está protegido por unidades de conservação de uso sustentável: a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança (englobando porções dos municípios de Inácio Martins, Mallet, Prudentópolis e Rio Azul); as Reservas Particulares de Proteção Natural (RPPN) de Rio Bonito, Serra do Tigre (ambos em Ivaí), Sítio Potreiro (em Ipiranga) e Felicidade (em Imbituva); a Floresta Nacional de Irati (nos municípios de Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares); e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Serra do Tigre (em Mallet).

Quase a totalidade dos municípios da região possui como principal fonte de renda a agropecuária, o que reflete também no número de pessoas vivendo na zona rural dos municípios do território, cerca de 48% da população (IPARDES, 2007). Grande parte das propriedades rurais é caracterizada por minifúndios e pequenas propriedades<sup>2</sup>.

A região possui área total de 9.939,38 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 4,98% da área total do Estado do Paraná. Nesta área estão distribuídas cerca de 230.504 pessoas (IPARDES, 2007), o que significa uma densidade demográfica de 23,19 hab/km<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Julga-se pertinente esclarecer que no presente estudo foram utilizadas conceituações elaboradas por Taveira (1974), onde o minifúndio seria o resultado da divisão excessiva da terra em áreas que, em virtude de sua pequena extensão, não oferecem condições para uma boa exploração econômica, não tendo um tamanho fixo de propriedade. Já a pequena propriedade é a área rural explorada diretamente pelo proprietário e seus familiares, auxiliados, eventualmente, por assalariados, caracterizando um caso de agricultura familiar. Geralmente, no caso regional, esta é uma agricultura de subsistência ou comercializado internamente no território.

Um outro dado mostrado na tabela 1 mostra que apenas três municípios (Imbituva, Irati e Mallet) possuem população urbana maior do que a rural, sendo que em todo o Território Centro-Sul 48% da população vive na zona rural. Esta é uma realidade bastante diversa da encontrada no restante do Paraná, já que no estado apenas 18,6% da população vive na zona rural (IPARDES, 2007).

Nota-se também que há certa concentração populacional na região em três municípios, já que estes concentram mais de 56,3% da população total da mesma, ao passo que os três municípios menos populosos concentram apenas 9,98% da população total.

Alguns dos municípios mais pobres do Paraná encontram-se no Território Centro-Sul, fato comprovado pelo IBGE (2003), que mostra que cerca de 20,21% da população residente nos municípios da AMCESPAR (Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná) encontra-se abaixo da linha da pobreza. Este resultado coloca a AMCESPAR na terceira pior posição nesse quesito, de um total de 17 associações de municípios no estado. Vale ressaltar que todos os municípios do território são membros da AMCESPAR, exceto Ivaí e Ipiranga, que são membros da AMCG (Associação dos Municípios dos Campos Gerais).

A pobreza dessa considerável parcela da população regional se reflete nos principais indicadores socioeconômicos, onde se vê que, em geral, os municípios do território possuem índices abaixo da média estadual, incluindo índices como acesso à água encanada, esgoto residencial e energia elétrica. Uma louvável exceção diz respeito à taxa de alfabetização de adultos, com todos os municípios possuindo médias superiores à estadual.

## **TURISMO NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ**

O Território Centro-Sul do Paraná possui potencial para diversos tipos de turismo, principalmente aqueles inseridos em áreas naturais, ou seja, fora das zonas urbanas dos municípios. Destacam-se entre as diversas modalidades de turismo rural, o ecoturismo e o turismo de aventura, devido principalmente aos seguintes fatores:

- O território possui consideráveis áreas preservadas de florestas com araucárias (ou floresta ombrófila mista). Considerando-se que este bioma é um dos mais ameaçados de extinção no Brasil, pode-se perceber a sua importância estratégica, não só para a atividade turística como para a manutenção da qualidade ambiental do Paraná.
- Existência de um sistema agrosilvopastoril único no mundo e característico do território, o Sistema Faxinal.
- Parte do território encontra-se situado na Serra da Esperança, na divisa do segundo com o terceiro planalto paranaense. Graças a esse fato essa região possui grandes com a presença de áreas de serra, dezenas de grandes cachoeiras e, em menor número, grutas e *canyons*. Por estas características, torna-se possível trabalhar com atividades como o rapel, montanhismo, tirolesa, *trekking*, *biking*, *rafting*, *canioning*, *cascading*, entre outros. No Território Centro-Sul a Serra da Esperança abrange os municípios de Prudentópolis, Irati, Rio Azul, Inácio Martins e Mallet.
- Cerca de 48% da população da região vive na zona rural, sendo que a maioria dos residentes é formada por agricultores familiares (IPARDES, 2007). 89,3% das famílias rurais da região são pequenos produtores, sendo proprietários de áreas com tamanhos inferiores a 50 ha (IBGE, 2000). Além disso, os costumes de muitos desses agricultores remontam às características dos antepassados ucranianos e poloneses, que chegaram ao Brasil, em especial ao Centro-Sul do Paraná, no final do século XIX e início do século XX.
- Entre os municípios de Irati e Fernandes Pinheiro está situada a Floresta Nacional (FLONA) de Irati, criada em 1968 e possuindo uma área de 3.495 ha (MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2009). Em seu interior encontram-se áreas de floresta com araucária nativa e áreas reflorestadas. As espécies vegetais mais comuns da FLONA são a araucária, imbuia, erva mate, bracinga,

cedro e carvalho. A fauna se faz presente com a gralha azul, sabiá, tiriva, periquito, veado, macaco prego, paca, entre outros. A visitação   possível com hora marcada. A FLONA atende grande número de estudantes, caracterizando o turismo técnico (vide anexo 4).

- Encontra-se implementado na região o Circuito Polonês-Ucraniano de Turismo Rural de Mallet. É um roteiro temático de turismo rural, que conta com aproximadamente 50 pontos turísticos ao todo, incluindo igrejas t picas polonesas e ucranianas, cachoeiras, grutas, morros, pesque-pagues, recantos, sítios, cantinas. Foi implementado através do trabalho da EMATER-PR do município. O roteiro é dotado de placas indicativas, loja de artesanato e uma unidade do “Chalé do Produtor”, local destinado para divulgar e comercializar os produtos dos agricultores familiares da região, servindo também de ponto de informa es turísticas. O ponto de destaque do roteiro é a Estância Hidromineral Dorizzon.
- No município de Prudentópolis encontra-se agência de receptivo que fornece aos visitantes op es para prática de turismo de aventura e ecoturismo. O município também faz parte do Roteiro do Imigrante, projeto criado pela Cooperativa Paranaense de Turismo (COOPTUR) em conjunto com as cooperativas dos municípios que fazem parte do roteiro: Witmarsum (Palmeira), Castrolanda (Castro), Batavo (Carambeí), CAPAL (Arapoti), Agrária (Entre Rios-Guarapuava) e CAMP (Prudentópolis). Esse roteiro é dividido em duas rotas: Rota Holandesa (Arapoti, Castrolanda e Carambeí) e Rota Esravo-Germânica (Witmarsum, Prudentópolis e Entre Rios). Dentre os atrativos do roteiro, inclui-se a visita o em algumas dessas cooperativas e a visita o temática dos atrativos, de acordo com sua coloniza o (COOPTUR, 2009).

Além do turismo em áreas naturais, a região possui potencial para outras modalidades de turismo, conforme classifica o do Ministério do Turismo (MTur) e Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU-PR):

- Turismo histórico-cultural e religioso: Em algumas áreas da região, devido ao grande número de imigrantes poloneses e ucranianos, a cultura desses povos continua preservada. Junto com a cultura peculiar, tem-se a arquitetura t pica das dezenas de igrejas de rito ucraniano-católico, a gastronomia e a existência de alguns grupos folclóricos, entre outros.
- Turismo Gastron mico: Além da gastronomia t pica dos imigrantes europeus da região, há eventos que divulgam outros pratos característicos, como o Borrego no Rolete, em Irati, como mostrado no quadro 4.
- Turismo de Eventos: São organizados no território alguns eventos responsáveis por considerável fluxo de visitantes até os municípios. Os temas dos eventos são diversos, sendo que há eventos gastron micos, atacadistas, religiosos, agropecuários, entre outros. Há eventos em praticamente todas as épocas do ano, apesar de não serem trabalhados de forma conjunta ou integrada. Dentre eles se destacam a Feira de Malhas de Ibituva; o Rodeio de Irati e a Festa do Pêssego e Borrego no Rolete em Irati; a KiwiFest de Mallet e o Fest in Rio, em Rio Azul (para outros eventos na região, ver quadro 5).

Em 2007 foi realizado um estudo pelo IPARDES (2007) sobre os tipos de turismo existentes no Território Centro-Sul do Paraná. Foi constatado que a região apresenta vários tipos de turismo, porém pouca estrutura para dar o suporte necessário a estas atividades. Também se constatou que 10 dos 12 municípios da região possuem algum tipo de turismo, a saber: ecoturismo, de aventura, cultural, religioso, saúde, evento e rural (IPARDES, 2007)

Os dois únicos municípios que não apresentaram qualquer tipo de turismo foram Ivaí e Teixeira Soares. Por sua vez, os municípios de Irati, Mallet, Prudentópolis e Rio Azul apresentaram mais op es de turismo.

Além dos órgãos municipais de turismo, Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná e da COOPTUR, já citados, existem outras duas organiza es que trabalham com a atividade turística no Território Centro-Sul do Paraná de forma mais regional, integrando vários municípios: a Associa o de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná (ADECSUL) e a Associa o dos Municípios do Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR).

A ADECSUL é uma organização do terceiro setor fundada no município de Mallet em 2000, estando atualmente sediada em Irati, na sede da AMCESPAR. Foi fundada por alguns ex-monitores de turismo das oficinas do PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo, criada em 1994) com o intuito de contribuir para a evolução das políticas públicas em geral, com ênfase no desenvolvimento regional, meio ambiente e turismo das regiões Centro-Sul e Sul do Estado do Paraná. Em setembro de 2005 a Câmara Setorial de Turismo da ADECSUL foi oficialmente reconhecida pela SETU-PR como agente responsável pela governança regional do turismo.

Já a AMCESPAR é uma entidade que visa especialmente a integração administrativa, executiva, econômica e social dos municípios que a compõem, compreendidos na região Centro-Sul do Paraná. Através da Lei Estadual nº 11.121 de 30/06/1995 foi declarada de utilidade pública sem fins lucrativos. A partir de 1996 firma convênio com o governo estadual onde, em sistema de parceria, trabalha para o desenvolvimento urbano dos municípios através de programas da SEDU/BID (Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná).

Os municípios fundadores da AMCESPAR são: Irati (sede), Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. Após desmembramentos, entram também os municípios de Fernandes Pinheiro e Guamiranga. Os municípios de Ivaí e Ipiranga, apesar de participarem da AMCG (Associação dos Municípios dos Campos Gerais), ingressaram na AMCESPAR, participando normalmente de todas as reuniões da associação.

A área de atuação da ADECSUL vai de encontro ao da regionalização turística proposta pelo MTur e SETU-PR, diferente da adotada pelo MDA, que institucionalizou o Território Centro-Sul do Paraná. A área de atuação da ADECSUL inclui os municípios pertencentes à AMCESPAR e à AMSULPAR (Associação dos Municípios do Sul Paranaense), sendo que esta região, prevista no Programa de Regionalização do Turismo, recebeu o nome de “Terra dos Pinheirais”.

## **SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ SEGUNDO A TEORIA AGROPOLITANA**

Pode-se considerar que as informações levantadas ao longo do presente estudo já sejam subsídios importantes para o planejamento turístico da região. A partir do momento em que se buscou analisar o funcionamento dos programas governamentais atuantes na região, a teoria sobre planejamento regional e turismo, e se entrevistou personagens-chave do planejamento turístico no Centro-Sul do Paraná, pode-se crer que tal busca de subsídios foi cumprida.

Com todas essas informações e dados levantados, tornou-se possível tirar algumas conclusões e propor algumas diretrizes mais diretas para o planejamento regional, de forma a maximizar os benefícios da atividade na região.

De acordo com as relações cidade-campo constatadas e a situação regional detectada foram utilizadas as proposições de Friedmann e Weaver (1981), e sua teoria intitulada “agropolitana”. Assim sendo, as proposições estão divididas de acordo com os quatro delineamentos fundamentais da teoria: as condições básicas para o desenvolvimento regional, o marco territorial, a expansão da produção e o papel do Estado.

Ressalta-se que, pelo baixo desenvolvimento econômico da região, alta dependência da população em relação aos programas governamentais e alta concentração de produtos e serviços em poucas localidades da região, o papel do Estado torna-se de grande importância, sendo que o sucesso destas proposições depende do bom relacionamento, integração e agilidade entre os órgãos do Estado (nas suas diversas esferas) e destes com os órgãos de governança regionais.

A seguir estão colocadas as diretrizes e ações propostas de forma resumida, de acordo com a teoria “agropolitana”, sendo posteriormente explicadas de forma mais aprofundada. Vale lembrar que tais proposições são todas voltadas para o desenvolvimento turístico regional, não sendo



propostas outras linhas de ações, apesar da mesma teoria comportar estas linhas. Outra ressalva fica por conta de algumas propostas que, mesmo podendo ser classificadas em mais de um delineamento, foram alocadas no que se identificam de forma mais direta. Por último, salienta-se que as propostas do quadro abaixo não possuem ordem cronológica nem estão agrupadas por afinidades, mas estão assim reunidas com o intuito de se abranger todos os pontos e delineamentos da teoria em questão.

Delineamentos fundamentais		Propostas
Condições básicas para o desenvolvimento territorial	Seletiva delimitação territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento do problema, definição dos objetivos e metas.</li> <li>• Levantamento dos dados existentes, inventariação.</li> <li>• Realização de pesquisas junto à oferta e demanda turística, estudos de viabilidade.</li> <li>• Análise dos dados primários e secundários.</li> <li>• Delimitação das áreas e comunidades a serem trabalhadas</li> </ul>
	Socialização da riqueza	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar com turismo de base comunitária em faxinais e outras comunidades tradicionais.</li> </ul>
	Igualdade de oportunidades para o acesso à base de acumulação de poder social	
Marco territorial: Interseção de três espaços abstratos:	Espaço cultural comum	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar oficinas de sensibilização junto à comunidade em geral, objetivando o resgate de valores locais, seu fortalecimento cultural e sua “alfabetização política”.</li> </ul>
	Espaço político comum	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento e maior representatividade dos Conselhos Municipais de Turismo.</li> <li>• Fortalecimento, integração e não-sobreposição de funções entre os órgãos de desenvolvimento regionais.</li> <li>• Busca pelo fortalecimento de uma gestão mais territorializada e democrática.</li> <li>• Parceria com CMDRs e Secretarias Municipais de Agricultura.</li> </ul>
	Espaço econômico comum	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar calendário de eventos, podendo tematizá-los.</li> <li>• Fomentar a criação de eventos em todos os municípios de forma complementar e de acordo com a vocação local.</li> <li>• Estabelecimento de parcerias para comercialização e divulgação dos produtos turísticos elaborados.</li> <li>• Fortalecimento do projeto “Chalé do Produtor”.</li> </ul>

Expansão da produção	Diversificação da economia territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo à contratação de profissionais especializados em planejamento turístico nos municípios e nos órgãos de âmbito regional.</li> <li>• Elaboração de projetos turísticos de qualidade voltados às áreas rurais para apresentação junto ao Conselho Gestor, como forma de incentivar as ORNAs.</li> </ul>
	Máximo desenvolvimento físico limitado pela necessidade de conservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formatação adequada dos produtos turísticos, considerando-se os preceitos da sustentabilidade.</li> <li>• Investir em sinalização turística.</li> </ul>
	Expansão dos mercados regionais e inter-regionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento na qualidade dos equipamentos e serviços turísticos</li> <li>• Atualizar e divulgar o guia turístico regional, buscando parcerias junto a agências de viagens para sua comercialização.</li> <li>• Investir em turistas “mais qualificados”, principalmente no caso do trem “Great Brazil Express”.</li> </ul>
	Orientação pelos princípios de autofinanciamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitar o acesso ao crédito e divulgar sobre os direitos e facilidades que esse crédito pode gerar.</li> </ul>
	Promoção e aprendizagem social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilizar treinamentos e cursos para capacitação da mão-de-obra em empreendimentos turísticos.</li> </ul>
Papel do Estado		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca por parcerias (públicas e privadas) para viabilização das diretrizes propostas.</li> </ul>

QUADRO 1 – PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Como se pode constatar pelo quadro acima, são várias as áreas e diversos agentes (públicos, privados e terceiro setor) que precisam colaborar para que as propostas aqui colocadas sejam postas em prática.

De acordo com as entrevistas feitas, observação *in loco*, bem como as propostas aqui colocadas e as informações levantadas, tornou-se possível levantar as atribuições e particularidades de cada órgão que trabalha o desenvolvimento regionalizado no Centro-Sul. Assim sendo, abaixo serão discutidas as propostas levantadas atribuindo responsabilidades para cada instituição, que usará de sua rede de relacionamentos com outros órgãos e suas atribuições para colocá-las em prática. Será utilizada a ordem cronológica das propostas para sua execução.

- Incentivo à contratação de profissionais especializados em planejamento turístico nos municípios e nos órgãos de âmbito regional: A maior parte dos municípios do Território Centro-Sul não possui especialistas na área trabalhando com o turismo, tampouco possuem diretrizes a serem seguidas e planos de desenvolvimento turístico. Há pouca sensibilização dos municípios quanto à importância da área e, conseqüentemente, pouca demanda de projetos. Propõe-se a contratação desses profissionais nos municípios e, principalmente, um (ou mais) para a Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Estado do Paraná (ADECSUL, a governança do turismo na região) que, dentre outras atribuições, elaboraria projetos na área, serviria como consultor tanto dos municípios quanto da população que quisesse trabalhar com o turismo, daria suporte ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) e seria o responsável técnico por mediar as discussões sobre o tema de forma regional.

- Fortalecimento e maior representatividade dos Conselhos Municipais de Turismo: Somente por meio da participação de todas as partes interessadas que o planejamento turístico representará realmente os anseios da comunidade que impacta. Assim sendo, a ativação, reativação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo faz-se necessária para constituir-se num fórum de discussão da área, pressionar os órgãos executivos na defesa de seus interesses e levantar demandas dos municípios, repassando as mesmas para os órgãos competentes, seja as prefeituras, seja a ADECSUL, dentre outros.
- Parceria com CMDRs e Secretarias Municipais de Agricultura: Quando se trabalha com turismo em áreas rurais e com comunidades tradicionais, às vezes tais grupos possuem mais ligação com órgãos de desenvolvimento rural do que com os de turismo. Pelo caráter predominantemente rural da região e de seus atrativos (tanto naturais quanto culturais), uma maior aproximação com órgãos relacionados à ruralidade faz-se necessária.
- Fortalecimento, integração e não-sobreposição de funções entre os órgãos de desenvolvimento regionais: Como demonstrado nas entrevistas, existem algumas atribuições dadas a mais de um órgão regional. A existência de mais de uma câmara de turismo e o enfraquecimento político que isso pode proporcionar é o exemplo mais claro. Em linhas gerais, em relação ao turismo, as atribuições de cada órgão poderiam se limitar da seguinte forma:
  - ADECSUL: Visão mais desenvolvimentista do turismo. Fórum de discussões entre os agentes do turismo regional, possuindo equipe técnica para elaboração de projetos turísticos regionais. Busca de apoio junto à AMCESPAR para seus projetos, através de apoio político, captação de recursos (junto a parlamentares) e manutenção de acessos, por exemplo. Captação de recursos junto aos órgãos no qual possui ligação mais direta, SETU-PR e MTur, bem como apoio técnico dos mesmos. Busca de parcerias para a promoção de oficinas, cursos e capacitação na área (como, por exemplo, o Sistema S). Apoio do Conselho Gestor (que abre outras oportunidades para captação de recursos) para projetos de turismo em áreas rurais, bem como possuir representantes no mesmo.
  - Rede TRAF: Representar a área do Turismo Rural na Agricultura Familiar dentro dos conselhos municipais de turismo (CMTs), CMDRs, ADECSUL e Conselho Gestor. Buscar parcerias, utilizando estes órgãos como apoio para desenvolver o TRAF nas comunidades rurais. Através da ADECSUL, elaborar projetos na área.
  - AMCESPAR: Caráter eminentemente político. Formado pelos prefeitos dos municípios, possui a função de captar recursos junto a parlamentares, buscar apoio político e pressionar prefeituras para execução de projetos.
  - Conselho Gestor: Seu principal foco é a questão agrária na região, com grande representatividade de órgãos que representam os interesses dos agricultores, principalmente os familiares. Dá acesso a verbas e projetos do MDA, acesso este que poderá ser ampliado se o Centro-Sul fizer parte do Programa “Territórios da Cidadania”, que agrega 22 ministérios. Assim sendo, em relação ao turismo, tem a função de sensibilizar, informar e oferecer oportunidades aos agricultores, colocando o turismo como alternativa socioeconômica para os mesmos. Além disso, colocar em votação e buscar recursos dos projetos elaborados pela ADECSUL.
- Busca pelo fortalecimento de uma gestão mais territorializada e democrática: Aperfeiçoamento e fortalecimento dos órgãos de caráter regional já existentes, aprofundando os canais de comunicação entre os órgãos que os formam e representam e centralizando os assuntos de interesse de todos na região.
- Realizar oficinas de sensibilização junto à comunidade em geral, objetivando o resgate de valores locais, seu fortalecimento cultural e sua “alfabetização política”: A cargo dos órgãos formadores do Conselho Gestor (como as secretarias municipais de agricultura e CMDRs) e com a participação de integrantes dos órgãos municipais de turismo e CMTs, oficinas de resgate cultural e formação política seriam ministradas nas comunidades rurais dos municípios, com o

intuito de valorizar os costumes dos mesmos e formar lideranças para a defesa de seus interesses junto às instituições democráticas existentes na região.

- Seletiva delimitação territorial: O conjunto de cinco propostas colocadas neste item e mostrado no quadro 10 diz respeito a etapas que um planejamento turístico passa rumo à sua execução. Com a participação dos profissionais da área (que terão mais uma função de intermediação no processo de planejamento), membros da ADECSUL, Rede TRAF, CMTs e órgãos municipais de turismo, reconheceriam os problemas, definiriam objetivos e metas para o turismo na região. Com o levantamento de dados e inventário dos municípios em mãos, delimitariam as áreas, atrativos e comunidades a serem trabalhadas.. Oficinas de elaboração do plano de desenvolvimento turístico regional já foram realizados e prioridades já foram elencadas, sendo que pouco foi colocado em prática, talvez por falta de verba ou pelo pouco comprometimento de alguns órgãos elencados e falta de comunicação e interligação entre os mesmos.
- Formatação adequada dos produtos turísticos, considerando-se os preceitos da sustentabilidade: Tais preceitos precisam nortear a elaboração dos produtos turísticos a serem planejados pela ADECSUL com o intuito de, além de diminuir os impactos provocados pela atividade turística, servir para preservar e manter as características locais, tanto das áreas a serem trabalhadas quanto das comunidades envolvidas.
- Elaboração de projetos turísticos de qualidade voltados às áreas rurais para apresentação junto ao Conselho Gestor, como forma de incentivar as ocupações rurais não-agrícolas (ORNAs): Uma das tendências em áreas rurais é o aumento das ORNAs, ocasionando a diminuição da dependência da população rural em relação às atividades agrárias. Isso não significa que essas famílias abandonem tais atividades, mas que estas terão peso menor na economia familiar. Seguindo tal tendência, o advento do turismo nestas áreas pode servir como complemento de renda ou mesmo como alternativa para uma população que viva de atividades que impactam o meio ambiente, por exemplo. Uma preocupação que se deve ter diz respeito a elencar os atrativos mais representativos destes roteiros, a fim de não ficar repetindo locais de pouca importância para os visitantes e ao mesmo tempo beneficiar o maior número de interessados possível com a atividade.
- Trabalhar com turismo de base comunitária em faxinais e outras comunidades tradicionais: Há faxinais mais próximos de atrativos naturais, há outros onde as pessoas são mais maleáveis com visitantes e outros que possuem acesso mais facilitado. O ideal é que as comunidades a serem trabalhadas possuam as três características, além de possuir vontade de trabalhar com o turismo. Seguindo os preceitos do turismo de base comunitária a atividade seria desenvolvida, escolhendo-se ainda a forma como a comunidade participaria da atividade.. O desenvolvimento dessa atividade nestas comunidades poderia ser executado em regime de parceria por integrantes da Rede TRAF e órgãos municipais de turismo, sob supervisão dos membros e técnicos da ADECSUL e Conselho Gestor do Território Centro-Sul.
- Facilitar o acesso ao crédito e divulgar sobre os direitos e facilidades que esse crédito pode gerar: Existem várias linhas de crédito que podem ser acessadas em relação à atividade turística, dependendo do perfil do investidor. Há desde linhas de financiamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para agricultores familiares que queiram trabalhar com turismo até grandes financiamentos de infra-estrutura e para grandes empresários, via BNDES, por exemplo. Há várias instituições que fornecem este tipo de crédito, sendo que poderia ser função do técnico da ADECSUL procurar as oportunidades e divulgar para os membros da associação, que por sua vez divulgariam para os interessados, de acordo com o perfil de cada um.
- Fomentar a criação de eventos em todos os municípios de forma complementar e de acordo com a vocação local: É importante, não só no quesito econômico, mas para a integração, divulgação e melhora na auto-estima da população local a existência de eventos (festas religiosas, temáticas de acordo com a vocação local, rodeios, etc.) nos municípios. Apesar do caráter regional da

maioria dos eventos da região, mais do que atrair turistas de outras regiões e estados, tais eventos serviriam inclusive como integração e fortalecimento das tradições locais, bem como uma opção de lazer para uns e incremento de renda para outros.

- Organizar calendário de eventos, podendo tematizá-los: O Território Centro-Sul já conta com vários eventos, ocorrendo na maioria dos municípios da região. Muitos deles possuem caráter religioso, outros servem para divulgar produtos e potencialidades dos municípios. Entretanto, não há um calendário de eventos divulgado de forma integrada dentro da região, muito menos um enfoque temático dos mesmos, dado que muitos eventos possuem a mesma temática. Ressalta-se que são 12 municípios, sendo que cada festa poderia ocorrer em um mês do ano e ser trabalhado de forma a gerar um circuito de festas, sendo esta idéia trabalhada por técnico da ADECSUL, em conjunto com os municípios. Logicamente há eventos que não podem ser realizados em outras épocas do ano (por causa da época de colheita da fruta no qual a festa é dedicada, ou da data fixa de um padroeiro, por exemplo), mas mesmo assim uma divulgação conjunta ajuda a criar uma identidade única nas mesmas e gerar renda e eventos no ano todo na região.
- Viabilizar treinamentos e cursos para capacitação da mão-de-obra em empreendimentos turísticos: Qualidade nos serviços prestados e bom atendimento são premissas básicas para a satisfação do cliente. Sendo assim, todos os trabalhadores de empreendimentos turísticos precisariam passar por treinamentos e atualizações para melhor desempenhar suas funções. Parcerias com instituições como o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) são necessárias para trazer cursos e treinamentos com o padrão de qualidade que o mercado exige. O SEBRAE é parceiro da SETU-PR para ministrar tais cursos e para oferecer apoio de técnicos para o desenvolvimento turístico. É necessária também a solicitação por parte dos interessados na região, sendo que a ADECSUL se responsabilizaria por contatar as instituições.
- Investimento na qualidade dos equipamentos e serviços turísticos: Este é um item que precisa de grande trabalho de captação de recursos, tanto de órgãos públicos quanto de empresas privadas. No caso dos órgãos públicos, a articulação entre órgãos municipais e regionais junto aos órgãos estaduais e federais na busca de recursos para infra-estrutura e instalação de equipamentos precisa ser intensificada, podendo utilizar, para isso, o poder político da AMCESPAR. Busca de parceiros privados para tais investimentos também é uma saída, por meio de parcerias público-privadas, ainda que esta seja uma modalidade pouco utilizada no Brasil, apesar de seu grande potencial de crescimento. No caso de empresas privadas, a busca de recursos se dá em diversas modalidades de empréstimo pelas instituições financeiras.
- Investir em sinalização turística: Como no caso acima, também é outra diretriz que às vezes é impedida pela falta de verbas. Há recursos disponíveis junto ao MTur especificamente para sinalização turística, sendo que qualquer município pode requerer tal verba por meio da elaboração de projeto (que precisa ter qualidade e detalhamento dos gastos). Um futuro grupo técnico da ADECSUL poderia auxiliar na elaboração de tais projetos, bem como divulgar e manter atualizadas as informações referentes a como buscar tais recursos.
- Estabelecimento de parcerias para comercialização e divulgação dos produtos turísticos elaborados: Esta diretriz está sendo posta em prática por meio de ações já realizadas pela ADECSUL, como a elaboração e divulgação do guia turístico regional, estreito relacionamento com a SETU-PR (que também divulga os produtos turísticos já formatados) e busca de canais de divulgação e distribuição dos produtos turísticos existentes. Apesar disso, mesmo pela deficiência de alguns produtos turísticos e inexistência de outros (apesar do grande potencial), ainda há muito que ampliar a rede de comercialização dos mesmos, fato esse que será amenizado a partir do momento que passarem a existir maior variedade e qualidade dos produtos.
- Fortalecimento do projeto “Chalé do Produtor”: O projeto “Chalé do Produtor”, gerido pela ADECSUL visa facilitar a vida dos produtores rurais, disponibilizando locais para que estes coloquem seus produtos à venda. Estes chalés possuem serviço de informações turísticas, o que

atrai turistas para que comprem tais produtos diretamente dos produtores. Este é um projeto que merece ser ampliado, já que em todo o Território Centro-Sul há apenas um chalé, localizado em Mallet. Deve-se lembrar que esse projeto traz benefícios tanto para turistas (que contam com serviços de informações turísticas e possuem a oportunidade de comprar produtos típicos da região) quanto para produtores (pela facilidade de comercialização dos seus produtos).

- Investir em turistas mais qualificados, principalmente no caso do trem “Great Brazil Express”: Este é um produto turístico ainda muito recente e possui uma quantidade pequena de turistas, já que o trem de passageiros passa em Irati de 2 em 2 meses. Mesmo sendo apenas um ponto de passagem rumo à Foz do Iguaçu, deve-se lembrar que este trem traz pessoas de outros países e com bom poder aquisitivo, além de, eventualmente, poder trazer formadores de opinião em seus locais de origem. É interessante distribuir entre os passageiros guias turísticos da região, dar a opção aos turistas de ver um vídeo curto (de uns 10 minutos) com os atrativos da região, já que estes permanecem em Irati durante 4 horas. É uma ótima forma de divulgação internacional das belezas do Centro-Sul e com um custo baixo.
- Atualizar e divulgar o guia turístico regional, buscando parcerias junto às agências de viagens para sua comercialização: Depois de formatar produtos turísticos de qualidade e todas as proposições anteriores estarem em prática, é importante divulgar e firmar parcerias com o maior número de canais de comercialização possível. Ressalta-se que, apesar desta ampla divulgação, sempre devem ser respeitados eventuais limites de capacidade de carga dos atrativos, comunidades e municípios em questão. A atualização do guia turístico precisa ser feita de forma contínua, preferencialmente com uma periodicidade anual. Ressalta-se que tal atualização do guia vem sendo feita pela ADECSUL.

Mais do que simplesmente seguir as propostas aqui apresentadas, é necessário que haja comprometimento de todas as partes envolvidas no processo de desenvolvimento turístico da região, tendo ciência da importância que possuem para a evolução da atividade no Centro-Sul do Paraná. Outro ponto a se ressaltar é que esse processo de planejamento precisa ter o aval de todos os seus agentes, de forma que todos se sintam parte imprescindível do processo, onde não haja imposição de órgãos superiores aos inferiores, mas que a atividade seja gerida de forma mais horizontal e menos hierárquico e impositivo possível.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou retratar o Território Centro-Sul em toda sua complexidade e pesquisar como o turismo pode beneficiar o desenvolvimento da região. Ressalta-se que esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar esse assunto, mas avançar na discussão sobre desenvolvimento turístico regional em regiões de caráter eminentemente rural. Pelas próprias particularidades da região e de sua população, vários pontos aqui retratados possuem o potencial de serem aprofundados em pesquisas futuras, não somente na área da geografia, mas também na do turismo, antropologia, sociologia, história, entre outros.

Para pesquisas futuras, pode-se estudar sobre os impactos da implantação do turismo de base comunitária em faxinais, aprofundar sobre os impactos que o turismo provoca na região, analisar a forma como as atividades socioeconômicas (inclusive o turismo) são distribuídas no Centro-Sul, analisar historicamente a atuação dos órgãos municipais e regionais de turismo da região. Apesar do potencial de gerar futuras pesquisas, este trabalho contribuiu para gerar importantes conclusões sobre o turismo no Território Centro-Sul.

Apesar da teoria apresentada no referencial destes programas, como a Teoria Agropolitana, nota-se um pouco o descolamento do que está colocado nos mesmos com a realidade e a dificuldade de serem postos em prática (pela própria dificuldade de gerar comprometimento de diferentes

atores, ou mesmo pela falta de um acompanhamento mais próximo do Governo Federal em relação à prática desses programas).

Além desse fato, a própria insuficiência de verba pública impede que muito do que está na teoria seja colocado em prática, sendo que muito tempo e esforço é perdido no processo de captação de recursos para valores que pouco podem amenizar os problemas eventualmente criados. Esta excessiva burocratização e dificuldade na captação de recursos podem gerar certa apatia e descrédito em relação a tais programas, características estas existentes em alguns membros integrantes destas instituições.

Ainda é necessário impedir que questões menores (como buscar benefícios específicos em detrimento de um objetivo comum) possam travar o processo de desenvolvimento. Ainda é necessário fazer com que todos lutem em prol de um modelo de desenvolvimento único, onde mesmo não sendo unanimidade entre todos os agentes, seja o modelo adotado por todos, e que todos lutem para o sucesso do mesmo. Somente assim o modelo de desenvolvimento, não somente turístico, da região se tornará legítimo e representará os reais anseios da população do Território Centro-Sul do Paraná.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Balhana, A. P. *et al.* (1969). *História do Paraná – Volume 1*. Curitiba: Grafpar.

Chang, M. Y. (1985). *Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina: IAPAR.

Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná (2007). *O Território Centro-Sul do Paraná*. Irati.

Egler, C. A. G. (2003). . Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E.; Correa, R. L.; Gomes, P. C. C. *Geografia: Conceitos e temas*. (p. 207-238). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Friedmann, J.; Weaver, C. (1981). *Territorio y función: la evolución de la planificación regional*. Madrid: IEAL.

Hauresko, C (2001). *Fumo e êxodo rural: transformações sócio-espaciais nas comunidades rurais de agricultores ucraino-brasileiros em Prudentópolis*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

IBGE (2013). *Base de dados dos municípios brasileiros*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 02/04/2013.

IPARDES (2007). *Diagnóstico socioeconômico do Território Centro-Sul: 1º fase – caracterização global*. Curitiba: IPARDES.

Lopes, A. S (2001). *Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, R. (1995). *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores.

Orreda, J. M. (1974) *Irati*. Irati: EDIPAR.

Portuguez, A. P. (1999). *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Silva, M. (2005). *A Contribuição de florestas de araucária para a sustentabilidade dos sistemas faxinais*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

Silva, J. A. S (2004).. *Turismo, crescimento e desenvolvimento: Uma análise urbano-regional baseada em cluster*. São Paulo: Universidade de São Paulo.